

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017,

Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural (CT-GN)
Subcomitê 02 - Transporte e Estocagem.

QUESTIONÁRIO PARA MAPEAMENTO DE POSIÇÕES & PROPOSTAS

ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas –

Representantes da Associação no SC02 – Transporte e Estocagem

Romero de Oliveira e Silva	romero@mercadosenegocios.com	(21) 99647-1957
Flávio Chiesa	flavio@uega.com.br	(41) 3224-3505
André Sampaio H. de Oliveira	andre.sampaio@enel.com	(21) 2716 1498

TRANSPORTE

1. Avaliação da implantação do Sistema de Entrada-Saída para reserva de capacidade de transporte:

- 1.1. É o entendimento desta instituição de que há a necessidade de implantar o Sistema de Entrada-Saída para reserva de capacidade de transporte? Em caso negativo, qual(is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

SIM.

A ABRAGET está de acordo com a adoção do modelo de tarifas de transporte locacional para entrada e saídas, entendendo, porém, que ainda não existe uma metodologia amplamente divulgada e com resultados indicativos das novas tarifas para todos os pontos de entrega do país. Dessa forma, entendemos que poderão ocorrer desequilíbrios de grande porte entre as regiões do país, ou entre regiões com significativa entrada ou consumo de gás.

É preciso que busquem tarifas equilibradas que incentivem a melhor evolução nacional da indústria do gás natural, levando em conta os reais custos de operação e manutenção das malhas, bem como a adequada remuneração do agente transportador.

Não obstante as demais dificuldades existentes, é imperiosa a necessidade de estabelecer um período transitório para implantação destas mudanças, observada toda a experiência atravessada pelo setor elétrico no país.

1.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

A ANP precisará melhor exemplificar e dar acesso ao modelo de cálculo de tarifas, para melhorar o entendimento dos benefícios da tarifa de transporte locacional e mostrar as bases que integrarão o melhor equilíbrio do sistema.

1.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

Sem comentários.

2. Implantação de modelo de Gestão Independente e Integrada do Sistema de Transporte de Gás Natural – STGN:

2.1. É o entendimento desta instituição de que há a necessidade de criação de um agente independente responsável pela gestão da malha de transporte? Em caso negativo, qual seria o modelo alternativo?

SIM.

É entendimento da ABRAGET que a alternativa do Operador do Sistema Independente é aquela que oferece a neutralidade necessária para a coordenação do sistema, a exemplo do ONS para o setor elétrico, ao mesmo tempo em que exigiria menos intervenção governamental e regulatória nas empresas existentes.

O papel de integrador entre as diversas operações dos gasodutos e pontos de entrada e saída, seguramente permitirá maior confiabilidade ao sistema e facilitará a operação de swap do gás natural, sem interferir na operação do gasoduto, a qual estará sob a responsabilidade do seu transportador.

E mais, a transparência operacional do sistema permitirá que toda a cadeia produtiva do gás natural tenha acesso a real capacidade disponível, interruptível e ociosa dos gasodutos. Tal procedimento permitiria que um potencial investidor termelétrico, teria como avaliar as alternativas locacionais e seria suprido pelo sistema. Este órgão planejará a operação do sistema buscando o balanço físico entre a oferta e demanda de GN e definindo estratégia para cobrir eventuais indisponibilidades dos produtores para atendimento dos seus contratos, que

deveriam ser supridas pelo sistema e posteriormente liquidadas a preço de GN spot.

2.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

CUSTO: Criação de mais um órgão gestor e compartilhamento das informações dos sistemas de controle e monitoramento das malhas de dutos existentes;

BENEFÍCIO: Maior neutralidade, transparência e otimização da operação do sistema.

2.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

Sem comentários.

3. Reavaliação dos modelos de outorga de transporte, levando em consideração o desenho de novo mercado de gás natural:

3.1. É o entendimento desta instituição de que há a necessidade de alterar o modelo de outorga dos gasodutos de transporte? Qual(is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

A ABRAGET entende que a evolução para implantação de modelo de Gestão Independente e Integrada do Sistema de Transporte de Gás Natural – STGN, associada ao planejamento equilibrado da atuação de cada integrante do sistema do gás natural, propiciará, naturalmente, que seja adotado o sistema dos leilões para os gasodutos que siga modelo semelhante ao que hoje é adotado pelo setor elétrico para as linhas de transmissão. Entretanto, até que este sistema se torne robusto e sustentável, a adoção da AUTORIZAÇÃO é o modelo de outorga que poderá dar maior agilidade e equilíbrio para a expansão do sistema de transporte do gás natural.

São aspectos relevantes para serem observados:

- Metodologia engessada para definição de gasodutos de referência e licitação dos mesmos, que não promove o desenvolvimento do mercado;
- Os estudos desenvolvidos pelos agentes (seja por provocação de terceiros, seja pela própria EPE) praticamente não são aproveitados para definição do

duto de referência a ser licitado, pois é somente na chamada pública de carregadores que será definida a real capacidade a ser contratada do duto, e novos estudos devem ser realizados para identificação dos custos e tarifas.

- Não existe metodologia para avaliação e definição da expansão da capacidade desse gasoduto, uma vez que o duto de referência a ser licitado precisa estar contratado para que se inicie o processo de licitação já com a definição da receita do transportador;
- Uma vez que a maior parte dos investimentos na execução de um gasoduto é de construção e montagem, desapropriação de áreas e licenciamentos, não é plausível que o planejamento baseie a expansão em um duto com totalidade da capacidade contratada, ou com pouca margem para expansão;
- Outra dificuldade desse cenário, é encontrar carregadores que assumam contratos irrevogáveis e irretratáveis pelo período de 25/30 anos, tendo em vista que até mesmo a concessão das distribuidoras de gás, em sua maioria, será encerrada antes desse prazo; A promoção de chamadas públicas de capacidade periódicas poderia mitigar esse risco e manter o duto carregado;
- A definição do duto de referência também retira dos potenciais transportadores a possibilidade de alterações do projeto ou de aplicação de sua inteligência técnica, ou até mesmo assunção de riscos de fluxo de caixa, caso acredite que o duto possa ter maior capacidade e atender a demanda futura;
- A impossibilidade regulatória do transportador arcar com custos de um projeto de maior capacidade (por exemplo sendo carregador temporário dessa capacidade adicional e assumindo esse impacto em seu fluxo de caixa) e realizar posteriormente a cessão de capacidade para outro agente interessado, ficando vetado ao transportador reserva de capacidade.

3.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

Com a diminuição do rito processual vigente para licitação de gasodutos e a adoção do processo de autorização, entende-se que os processos serão menos dispendiosos para os agentes e União, provendo celeridade a expansão da malha. Devem ser definidos prazos e regras para que o agente autorizado implante a infraestrutura proposta, sob risco de penalidades, para que não tenhamos somente autorizações de papel e restrições de acesso ao mercado de transporte.

3.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

Revisão da Lei do Gás no que tange a licitação para gasodutos de transporte de gás natural, permitindo o processo de autorização dos mesmos.

4. Revisão do planejamento de expansão do sistema de transporte, que poderá considerar instalações de armazenamento e estocagem, além de maior integração com o planejamento do setor elétrico:

4.1. Quais são as contribuições desta instituição para aperfeiçoar o modelo de planejamento da expansão?

O entendimento da ABRAGET é de que não se consegue prever a demanda do setor de gás natural numa escala tal que comporte a sua integração com o setor elétrico até que tenha definida claramente a GERAÇÃO TÉRMICA NA BASE do sistema elétrico.

Ademais, como a demanda termelétrica é bastante significativa, com o ajuste do planejamento e integração entre os setores de gás e elétrico, as demais demandas de gás (residencial, industrial etc.) podem ser acomodadas nas flutuações do despacho intermitente das térmicas.

4.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

Qualquer posicionamento referente aos custos e benefícios sem a clara previsibilidade da oferta e da demanda do gás natural, é mera especulação.

4.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

Sem comentários.

ESTOCAGEM

5. Estímulo ao desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural, inclusive reavaliação do modelo de outorga, tendo em vista o desenho de novo mercado de gás natural:

5.1. Quais medidas poderiam estimular o desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural no Brasil?

Usinas termoeletricas COM DESPACHO NA BASE do sistema elétrico, que propiciam armazenamento de energia nos reservatórios das usinas hidrelétricas, realizando integração energética entre gás e energia elétrica.

5.2. É o entendimento desta instituição que há a necessidade de alterar o modelo de outorga das estocagens? Qual(is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

A ABRAGET entende ser pouco apropriado esboçar qualquer entendimento sobre o tema diante da imaturidade sistêmica do gás natural na malha energética nacional, em relação a estocagem..

5.3. Quais os custos e benefícios destes posicionamentos?

Sem comentários.

5.4. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

Sem comentários.